

Promoção da participação cívica numa escola do ensino primário em Angola: avaliação de um projeto de intervenção

Oliveira, M.J. *, Pérez, A. **, Santos, A. **, Leal, M. **, & Pereira, I. **

* RECI ** APDES



INTRODUÇÃO

O projeto “Educação para a Cidadania e para os Direitos Humanos” é um projeto de intervenção que está a ser implementado no âmbito de um plano de ação mais alargado denominado “Requalificar uma Escola de Capalanga”. Desenvolvido na Escola primária nº. 5052 do Bairro de Capalanga (província de Luanda, Angola), este projeto mais alargado envolveu, numa primeira fase, a ampliação e requalificação arquitetónica da escola e, atualmente, a implementação de um modelo educativo de Educação para a Cidadania que tomou como referência o projeto “Fazer a Ponte” (implementado em Vila das Aves, 1976, Portugal).

Assim, no contexto do novo Modelo educativo e pedagógico, o projeto de Educação para a Cidadania e para os Direitos Humanos pretende contribuir para o desenvolvimento de cidadãos adultos ativos e participativos na sociedade. Trata-se de um projeto piloto que tem como objetivo principal desenvolver nos alunos um conjunto de competências cívicas passíveis de promover a sua participação plena em diferentes dimensões da vida escolar, familiar e societária. O trabalho é organizado através de conjunto de Sessões de Desenvolvimento Pessoal cujo eixo estruturante são as expressões artísticas, o que torna o projeto inovador na sua metodologia.

Neste contexto, com o objetivo de aprofundar relações entre variáveis e verificar os resultados destas atividades, está a implementar-se um modelo de avaliação pela investigação (Guerra, 2002), com recurso a um plano de investigação longitudinal e a um grupo de controlo.

O que aqui se apresenta são os resultados da fase de diagnóstico (pré-intervenção) realizada em fevereiro de 2016 junto dos alunos da escola, onde se procuram medir: autonomia e pró-atividade; participação e cooperação na escola; equidade na participação; importância da participação cívica; visão crítica em relação às estruturas sociais; e conhecimento sobre os Direitos Humanos Universais.

METODOLOGIA

Avaliação pela investigação: a avaliação do projeto “Educação para a Cidadania e para os Direitos Humanos” utiliza a metodologia investigação como instrumento de recolha de dados para aprofundar causalidades, verificar resultados e generalizar conclusões (Guerra, 2002).

Avaliação interna: a avaliação é realizada por um investigador interno à organização, mas externo à execução do projeto.

Recolha de dados: utilizou-se o questionário “Avaliação do treino de gestão de tempo e enriquecimento de competências sociais” de Pereira (2002) nos itens relativos à autonomia e participação/cooperação; e o questionário do projeto “Tudo aos Direitos” (GIS, não publicado) no que respeita à visão crítica que as crianças têm sobre os ambientes sociais que as envolvem, aos seus níveis de participação cívica, bem como o nível de conhecimento real e percecionado acerca dos direitos humanos.

Adaptação do instrumento ao contexto: uma primeira versão do questionário foi testada com 12 alunos das diferentes classes de escolaridade; a versão final foi testada com outros 12 alunos.

População: 476 alunos da Escola nº. 5052 de Capalanga

Amostra por quotas: de acordo com as variáveis sexo e classe de escolaridade

| | Grupo A | | Grupo B | | Amostra Total | | População | |
|------------------|---------|-------|---------|-------|---------------|-------|-----------|-------|
| | n | % | n | % | n | % | N | % |
| Meninas | 50 | 46,7 | 52 | 47,7 | 102 | 47,2 | 227 | 47,7 |
| Meninos | 57 | 53,3 | 57 | 52,3 | 114 | 52,8 | 249 | 52,3 |
| Total | 107 | 100,0 | 109 | 100,0 | 216 | 100,0 | 476 | 100,0 |
| 1ª classe | 19 | 17,8 | 0 | 0,0 | 19 | 8,8 | 42 | 8,8 |
| 2ª classe | 20 | 18,7 | 19 | 17,4 | 39 | 18,1 | 89 | 18,7 |
| 3ª classe | 17 | 15,9 | 16 | 14,7 | 33 | 15,3 | 76 | 16,0 |
| 4ª classe | 18 | 16,8 | 36 | 33,0 | 54 | 25,0 | 122 | 25,6 |
| 5ª classe | 18 | 16,8 | 19 | 17,4 | 37 | 17,1 | 80 | 16,8 |
| 6ª classe | 15 | 14,0 | 19 | 17,4 | 34 | 15,7 | 67 | 14,1 |
| Total | 107 | 100,0 | 109 | 100,0 | 216 | 100,0 | 476 | 100,0 |

Grupo-alvo (A): 107 alunos (50 raparigas, 57 rapazes) da 1ª à 6ª classes da escola

Grupo de controlo (B): 109 alunos (50 raparigas, 57 rapazes) da 2ª à 6ª classes da mesma escola

Seleção dos casos: método aleatório por sorteio

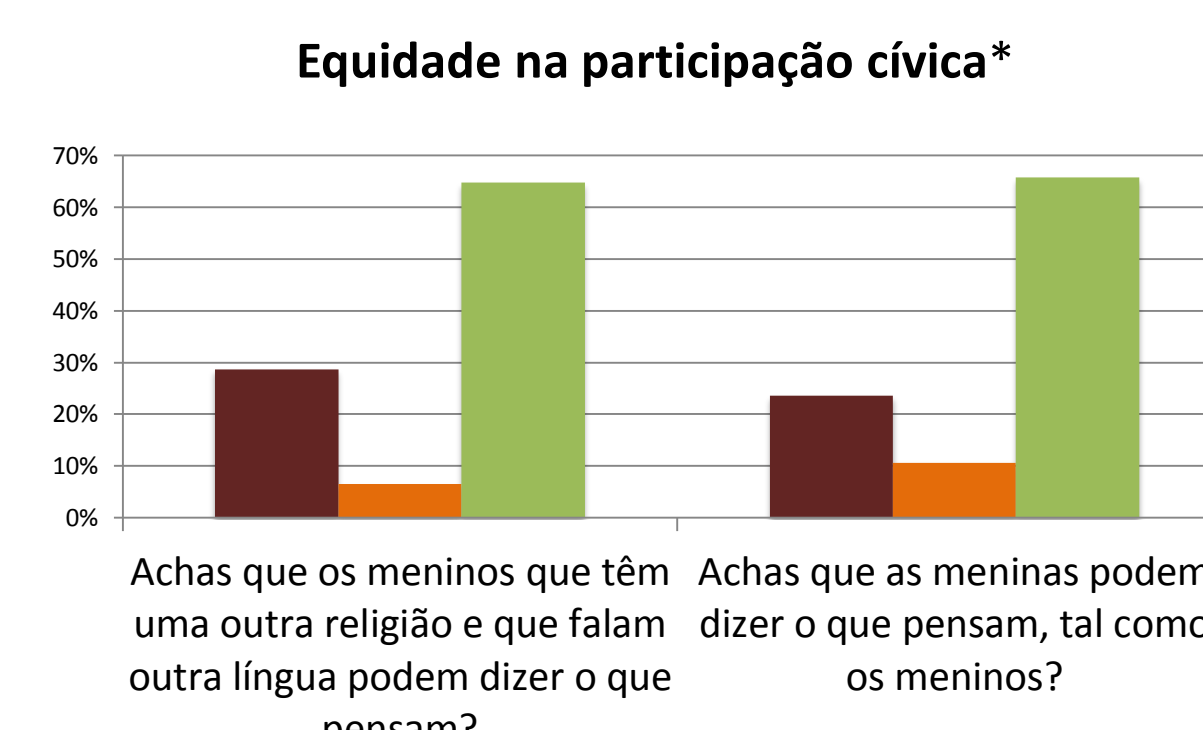
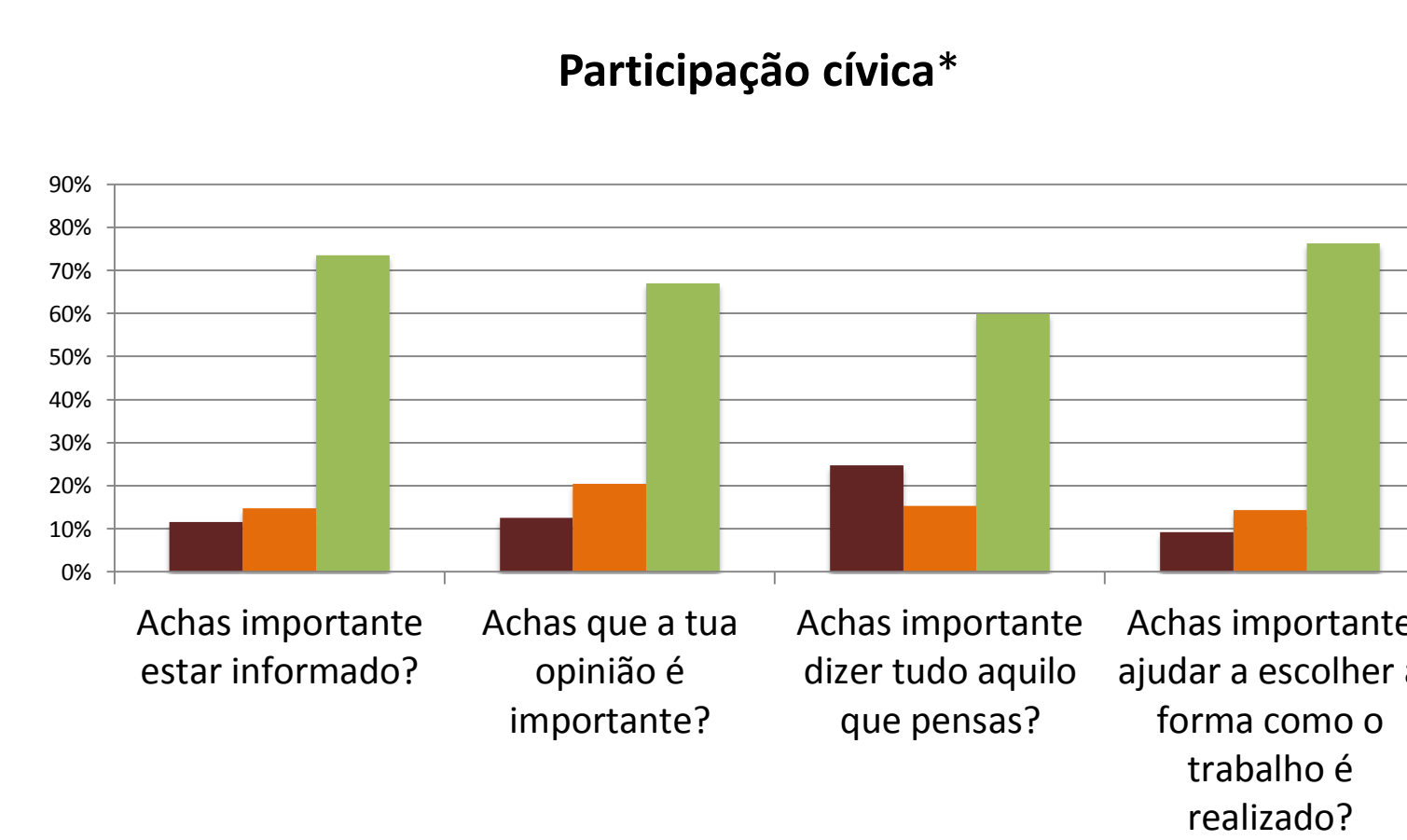
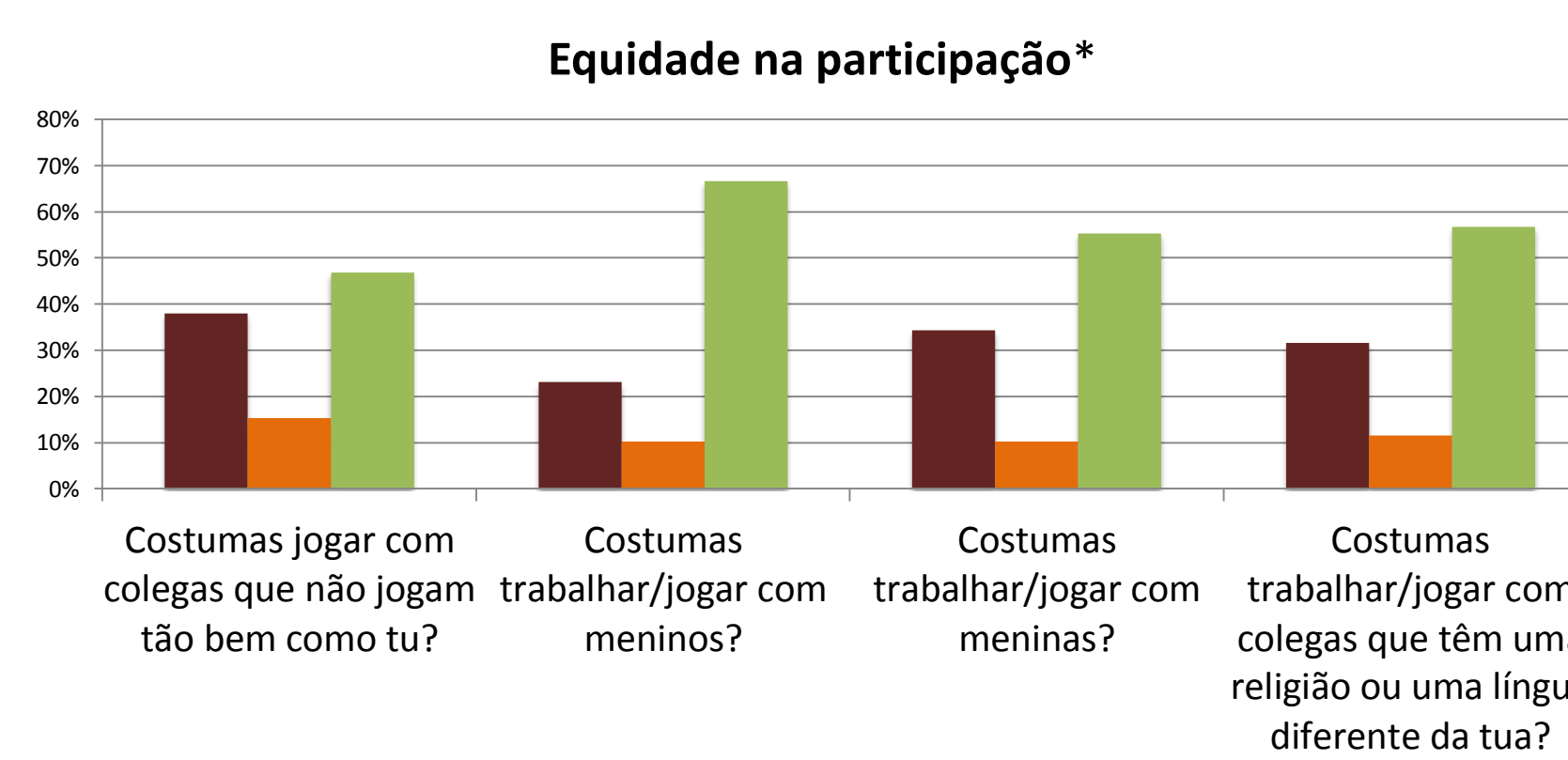
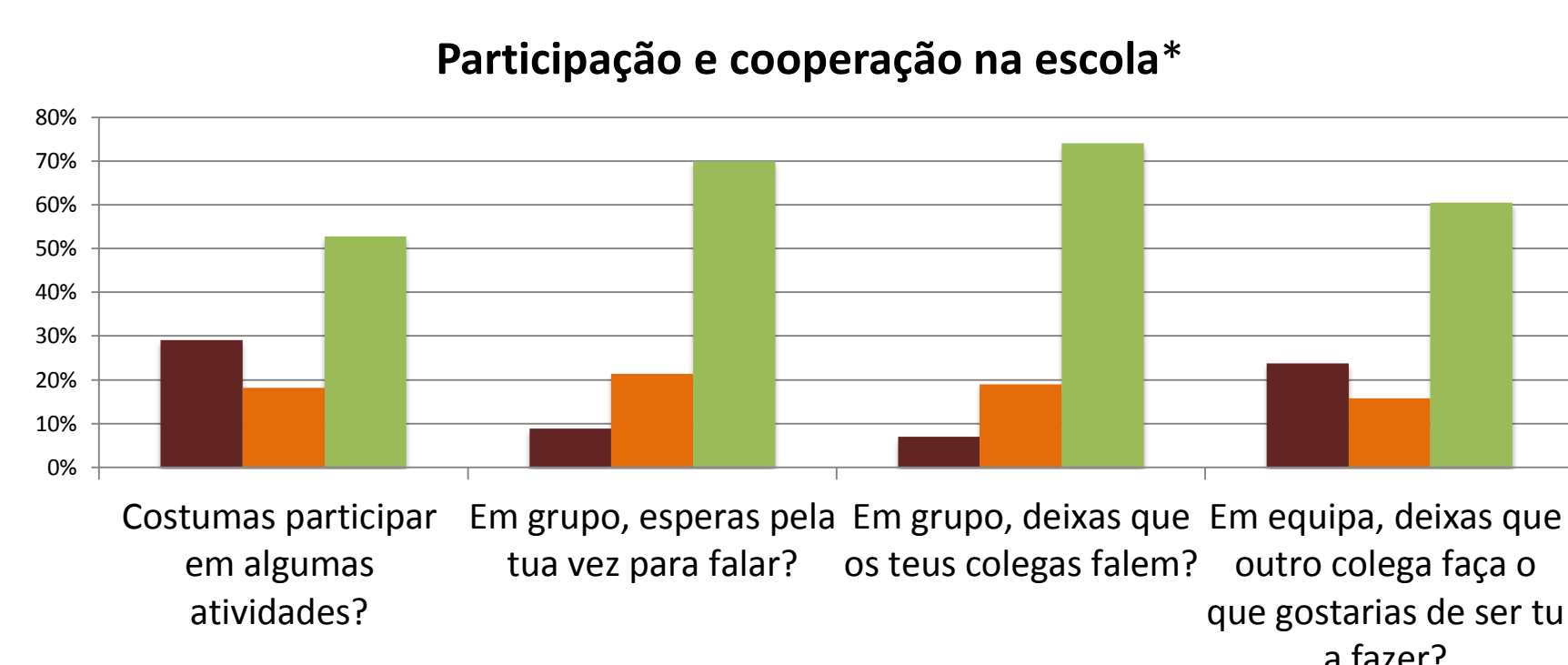
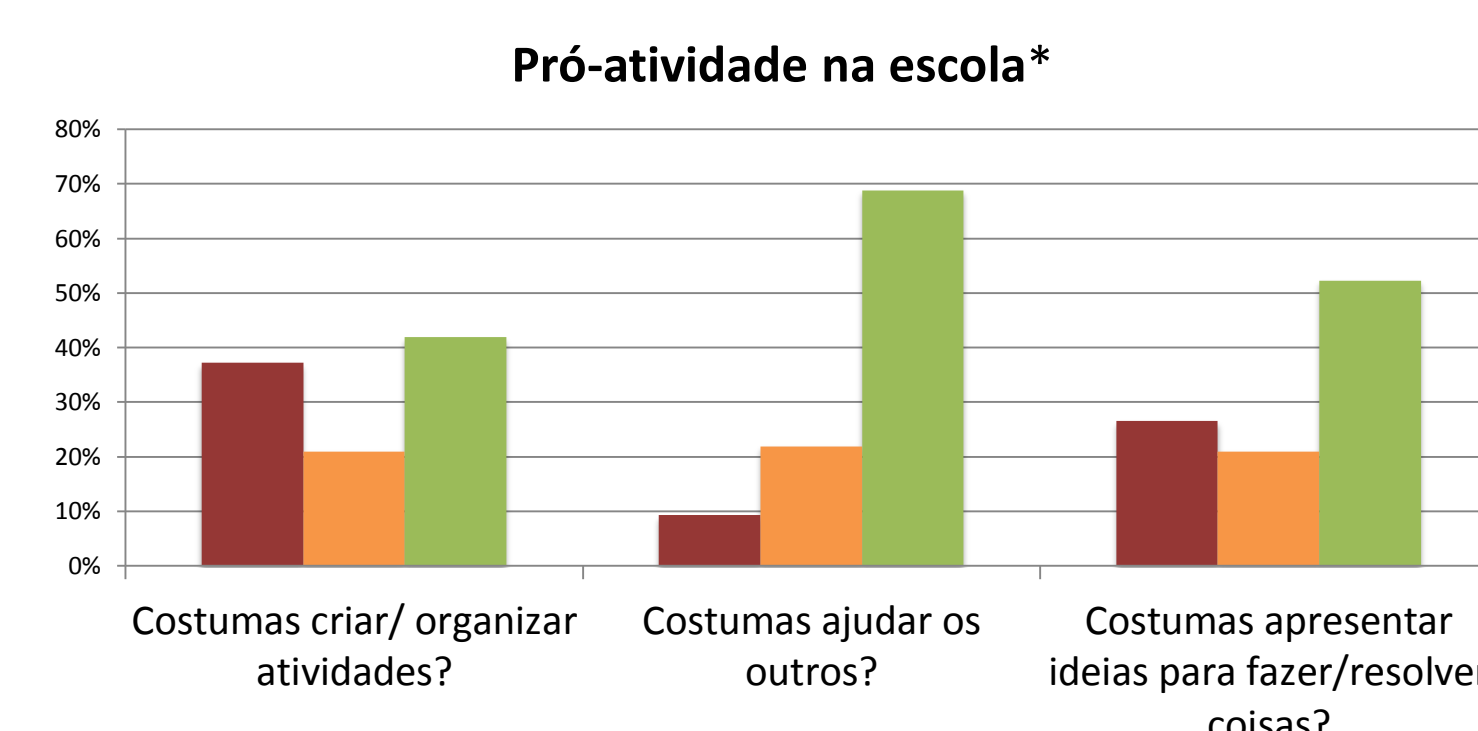
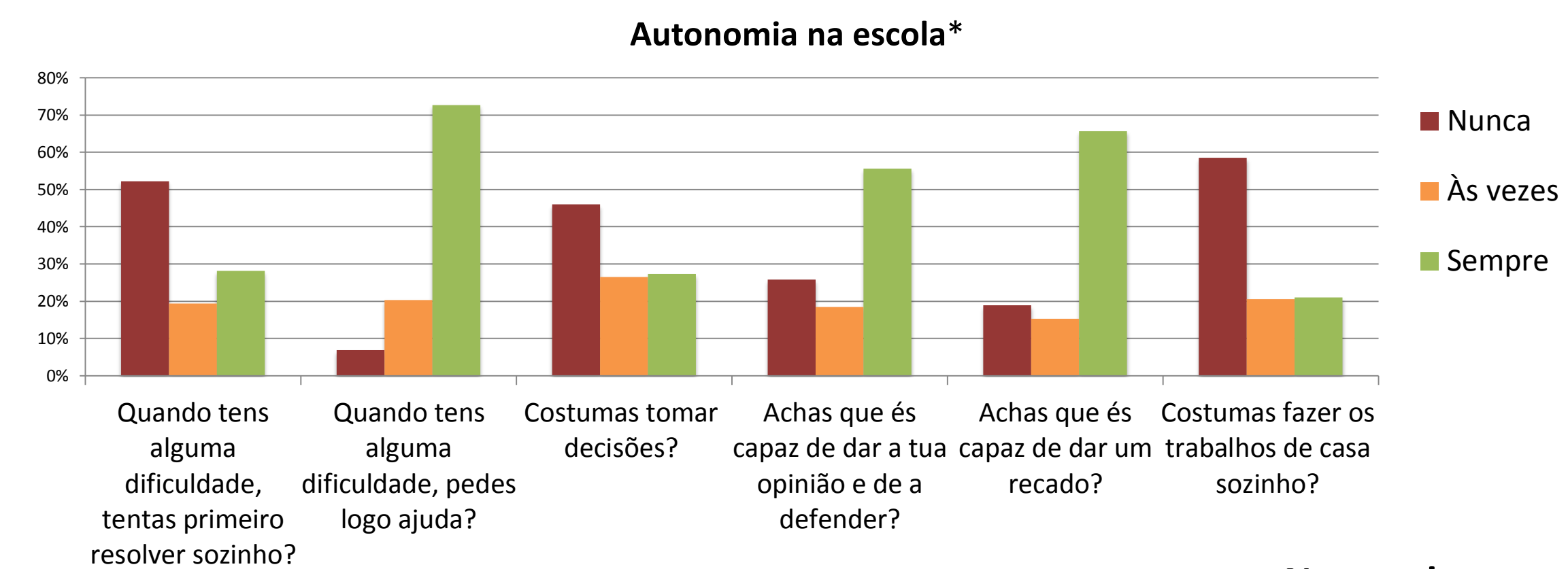
Referências

Gabinete de Intervenção em Saúde (GIS). *Tudo aos Direitos*. Programa de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos, cofinanciado pelo EEA Grants com o apoio da Noruega, Islândia e Liechtenstein, no âmbito da iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian - Cidadania Ativa.

Guerra, I. C. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia da acção: o planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Principia.

Pereira, B. (2002). *Para uma escola sem violência: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

RESULTADOS



No geral, os resultados apontam para a necessidade de intervir em todas as dimensões em análise.

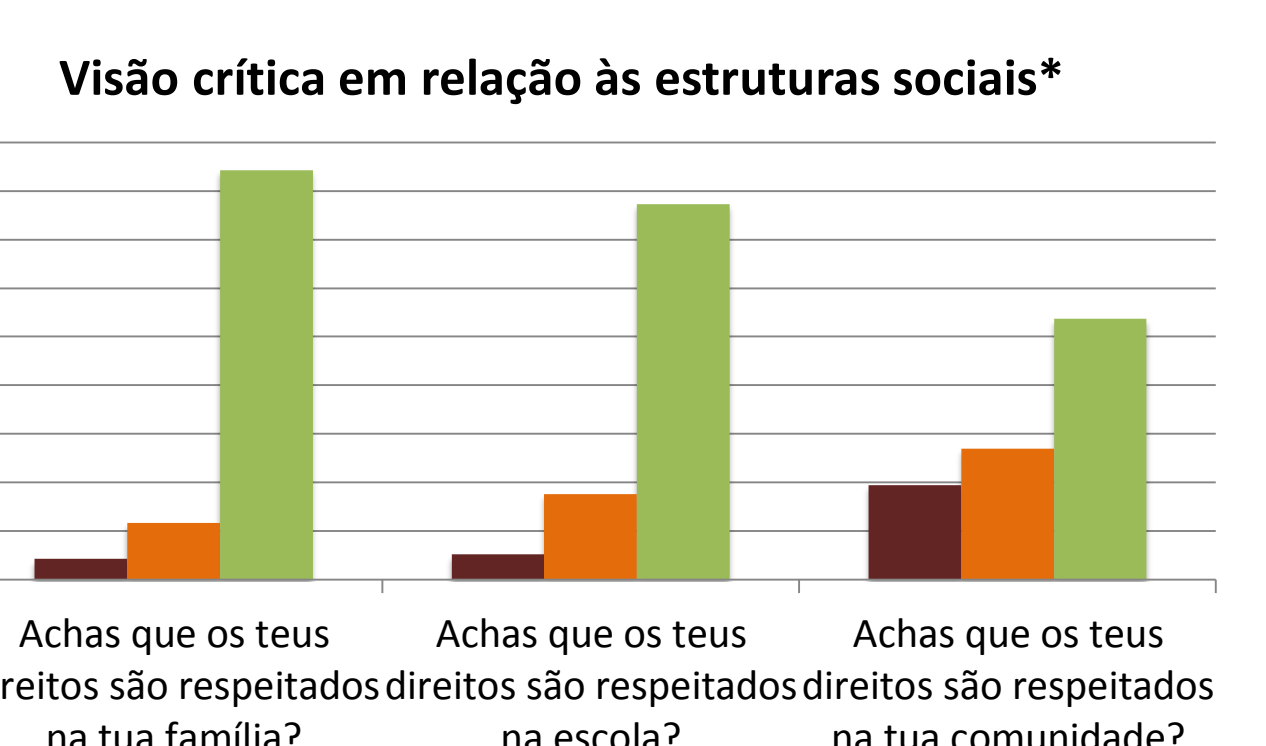
Esta conclusão é particularmente evidente no domínio da autonomia, em que os resultados apontam para elevados níveis de dificuldade na resolução de problemas, na realização de trabalhos de casa e na incapacidade de tomar decisões nos assuntos da escola.

Os níveis de pró-atividade são positivamente mais elevados, mas as percentagens de alunos que nunca criam/organizam atividades ou que nunca apresentam ideias também são substancialmente elevadas.

O mesmo acontece relativamente à participação e cooperação na escola. Sendo verdade que a maioria dos alunos participa e coopera com os colegas nas atividades da escola, uma percentagem elevada nunca participa e outros revelam dificuldades em cooperar.

Mais, se a esmagadora maioria dos alunos reconhece como importante a sua participação cívica, muitos alunos ainda colocam filtros à sua participação. Por outro lado, os resultados relativos à equidade da participação revelam alguns dados preocupantes ao nível da interação com os colegas que são considerados diferentes (menos capazes, de outro género, religião ou língua).

Por fim, os alunos revelam um enorme desconhecimento percecionado e real sobre os Direitos Humanos Universais. Todavia, surpreendentemente, revelam uma visão crítica muito interessante quando, por oposição à família e à escola, uma percentagem interessante de alunos considera que os seus Direitos às vezes/nunca são respeitados na comunidade.



Nomeia os Direitos Humanos que conheces:

Fazer trabalho, fazer tarefas, arrumar.
Menino, 1ª classe

Os direitos humanos que eu conheço são os meus colegas.
Menina, 2ª classe

Cabeça, ombro, joelho, tronco, etc.
Menino, 2ª classe

Ajudar os outros, respeitar os outros, sejam plantas, animais ou adultos.
Menino, 4ª classe

Estudar, aprender, ensinar.
Menina, 5ª classe

Não ir com roupa curta ao serviço; não carregar os problemas de casa ao serviço; não roubar; não desobedecer; não faltar ao respeito ao chefe.
Menina, 6ª classe

* O teste do qui-quadrado para a independência entre as variáveis conclui que não há diferenças significativas entre os grupos A e B.

Promotores e Financiadores

O projeto “Educação para a Cidadania e para os Direitos Humanos” é promovido pela Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES) em parceria com o Sindicato Nacional de Professores de Angola (SINPROF) e está a ser cofinanciado pela União Europeia (Europeaid 134-657/L/ACT/AO) e pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.



A participação no IX Congresso Português de Sociologia é apoiada pela Unidade de Investigação em Educação e Intervenção Comunitária (RECI), unidade I&D pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR